

O desvio de rota

Para compreender o ajuste fiscal projetado, é preciso revisitar o desajuste fiscal acumulado. A péssima gestão das contas públicas constitui o grande desvio de rota da sociedade brasileira: é o locus da inflação e o focus da corrupção.

□□□ Na exposição de motivos do Programa de Estabilização, o ministro Fernando Henrique Cardoso estabelece ligação direta entre desequilíbrio orçamentário permanente, processo inflacionário endêmico e exclusão social galopante. E avisa que "austeridade orçamentária não é insensibilidade tecnocrática da equipe econômica, mas cobrança dramática do estado de emergên-

cia nacional".

□□□ No diagnóstico do ministro, a crise fiscal veio à tona com a ruptura do serviço da dívida externa, há dez anos. Sem a razão suplementar da poupança alheia, apelamos para a overdose da poupança falsa: déficits cobertos com títulos. A dívida interna inflacionou os juros — que multiplicaram os déficits.

□□□ Com a Nova República, deu-se a descompressão de demandas sociais e de barganhas corporativistas na direção do Or-



çamento. A nova Constituição recebeu tudo isso. Pior: a União teve de repassar receitas sem descartar os encargos equivalentes. Enquanto isso, a Comissão de Orçamento do Congresso tornava-se refém de Ali Babá e os 40 anos.

□□□ Resultado: o déficit potencial saltou para US\$ 33 bilhões, em 1990, para US\$ 35 bilhões, em 1991, e para US\$ 39 bilhões, em 1992. Este ano, ajustes técnicos nas despesas e avanços técnicos nas receitas rebaixaram o déficit para US\$ 6 bilhões. Mas,

sem as reformas agora encaminhadas, esse mesmo déficit passará dos US\$ 26 bilhões no ano que vem. Nesse caso, teríamos ou o colapso de caixa da União ou a prática do contingenciamento orçamentário. Sob o arbítrio burocrático do Executivo, sem a mediação política do Legislativo. Ou seja: perda de transparência do Orçamento.

□□□ E o que dizer da rigidez orçamentária? Do total dos recursos efetivamente arrecadados, a União só decide, hoje, a destinação de uma quinta parte do bolo. Os outros 80% estão rigidamente vinculados. Em 1980, a fatia livre era de 37%.